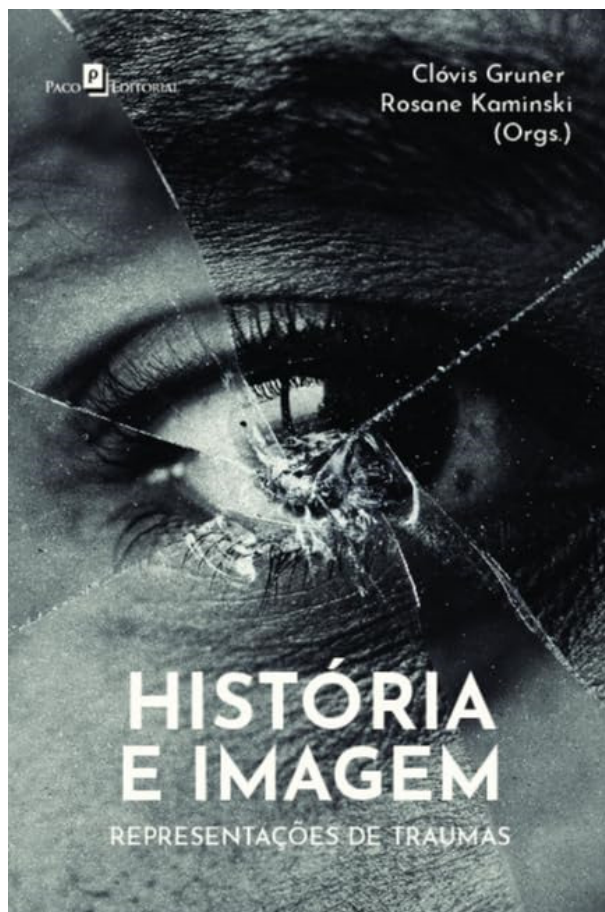


## O trauma no centro da discussão



*Robson Scarassati Bello*

Doutor e Pós-doutorando em História Social na Universidade de São Paulo (USP). Bolsista Fapesp. [robsonsbello@gmail.com](mailto:robsonsbello@gmail.com)

## O trauma no centro da discussão

*The trauma in the center of the discussion*

*Robson Scarassati Bello*

GRUNER, Clóvis e KAMINSKI, Rosane (orgs.). *História e imagem: representações de traumas*. Jundiaí: Paco, 2024, 421 p.



Uma das definições possíveis para o trauma é a de que ele é a permanência incômoda do passado no presente. Essa permanência, gestada na memória, pode ser tanto no plano individual quanto na dimensão coletiva. A violência perpetrada pode ser sentida tanto pelo indivíduo quanto pelo todo social. Estupros, torturas, humilhações e assassinatos diversos, segregações, bem como acontecimentos históricos de maior magnitude como a escravidão, o Apartheid, e o Holocausto, marcam o sujeito e o social de diferentes maneiras, mas com uma potência que equivale à barbárie ocorrida.

É, portanto, fundamental um livro como *História e imagem: representações de traumas*, que se dedica a dar um maior passo nos chamados estudos do trauma. Com artigos assinados por diversos pesquisadores sobre o tema, toma o passado incômodo no presente, e sobretudo sua relação com as imagens que circulam publicamente. É um esforço em compreender e mesmo continuar a elaboração, tão necessária, dos processos traumáticos sociais.

Organizado por Clovis Gruner e Rosane Kaminski, o livro situa-se em um importante campo, o de estudos de trauma, do ponto de vista histórico, sociológico, antropológico e político. Gruner é professor do Departamento de História, do Programa de Pós-graduação em História, e do Mestrado Profissional da UFPR, possui mestrado e doutorado pela mesma universidade, e suas pesquisas situam-se sobretudo em torno de História, ficção, memória, narrativa e artes. Dentre os vários artigos e livros publicados, destacam-se *Paixões torpes, ambições sórdidas: crime, cultura e sensibilidade moderna* (Curitiba, fins do século XIX e início do XX)<sup>1</sup>, assim como a obra organizada em parceria com Hélio Sochodolak, *História do crime e da criminalidade no Paraná*.<sup>2</sup> Já Kaminski é professora do Departamento de História e do Programa de Pós-graduação em História da UFPR. É também docente permanente no Mestrado em Artes Visuais e colaboradora no Mestrado em Cinema e Artes do Vídeo da Unespar. Seus interesses de pesquisa giram em torno da relação entre audiovisual e História, assim como memória, narrativa e artes. Dentre os seus vários artigos

<sup>1</sup> GRUNER, Clóvis. *Paixões torpes, ambições sórdidas: crime, cultura e sensibilidade moderna* (Curitiba, fins do século XIX e início do XX). São Paulo: Alameda, 2018.

<sup>2</sup> GRUNER, Clóvis e SOCHODOLAK (orgs.). *História do crime e da criminalidade no Paraná*. São Paulo: Casa Editorial, 2022.

e livros, destaco a obra organizada com Marcos Napolitano, *Monumentos, memória e violência*<sup>3</sup>, e *Poética da angústia: cinema e história em Sylvio Back*.<sup>4</sup>

O tom do livro nos é dado inicialmente pela reflexão teórica de Dominick LaCapra, cujo trabalho sobre representações de trauma, sobretudo do Holocausto, é muito conhecido. LaCapra trabalha com conceitos como pós-memória, trauma intergeracional e as dimensões do pós-traumático. Preocupa-se não só com a vítima do ato perpetrado, mas também com um segundo momento, com alguém que se identifica com ela, com as formas pelas quais o trauma é transmitido e vivenciado. Para ele, um “sintoma” do pós-traumático poderia ser visto em “uma relação emaranhada com a atuação ou a repetição compulsiva do passado na tentativa de elaborá-lo” (p. 40). A inquietação empática seria importante na compreensão desses processos de afetividade e identificação com a vítima do trauma. E, preocupado com a dimensão narrativa, afirma que o testemunho, a ficção e a historiografia podem compartilhar certas características, sendo que diferem sobretudo no que diz respeito às reivindicações de veracidade.

Daniel Feierstein, professor titular de Análisis de las Prácticas Sociales Genocidas na Universidade de Buenos Ayres, tem o genocídio como tema central de sua produção. No capítulo para esta obra, apropria-se de conceitos de Sigmund Freud, principalmente a noção de “compulsão de repetição” (p. 56), para articular com a questão, sobretudo, da memória. Reflete sobre como processos de memória constroem sentido, e o traumático é compreendido como expressão no aparato psíquico de uma situação que é sempre histórica e social. O autor analisa a violência massiva estatal na América Latina e como diversos discursos distanciam, e como a narração não passa pela primeira pessoa, mas, sim, por algo acontecido com o “outro”. Como parte do processo de superação do trauma, destaca o trabalho de elaboração, principalmente histórico-social, para produção de novos sentidos.

No capítulo seguinte, Márcio Seligman-Silva discorre sobre o impacto que os estudos e reflexões sobre a Shoah tiveram a partir da chamada virada pós-colonial. O trabalho deste autor, professor titular de Teoria Literária, na Unicamp, conseguiu sobretudo demonstrar, através de diversos autores, como Frantz Fanon e Aime Césaire, as dimensões em que a reflexão sobre o colonialismo tem aproximado a questão racial, seja negra, indígena, ou judaica, como vítimas de processos de genocídio, e a desumanização pelo capitalismo moderno. Ao final, lança mão de duas obras de testemunhos de sobreviventes do Holocausto para demonstrar essa perspectiva, analisando-as de forma a revelar seus significados direta e indiretamente relacionados com esse modo de ver a barbárie.

No último capítulo da primeira seção, Maria Inés Mudrovcic, professora de Filosofia da Universidad Nacional del Comahue, nos apresenta uma reflexão original e pertinente sobre a questão traumática do recente evento global da covid-19. A autora problematiza a noção de “presentismo” (p. 111), proposta por autores como o historiador francês François Hartog, para explicar o nosso tempo e se baseia no conceito de “acontecimento sem precedentes”

<sup>3</sup> NAPOLITANO, Marcos e KAMINSKI, Rosane. *Monumentos, memória e violência*. São Paulo: Letra e Voz, 2022.

<sup>4</sup> KAMINSKI, Rosane. *Poética da angústia: cinema e história em Sylvio Back*. São Paulo: Intermeios, 2021.

(p. 117) do intelectual Zoltán Boldizsar Simon. Em sua interpretação, para Simon, vivemos em uma época de “mudanças sem precedentes” (p. 117 e 118) que diminuiu a importância da História na esfera pública, uma vez que ela deixou de ser referência para novos acontecimentos. Em outro trabalho, Simon teria proposto a ideia de um “evento epocal” (p. 120) para pensar uma nova sensibilidade histórica. É aplicando esses conceitos que ela se debruça sobre a questão da pandemia da covid-19 e considera-o algo imprevisível dentro do “espaço de experiências” (p. 124), para usar o conceito de Reinhardt Koselleck.

A parte 2 do livro se volta sobretudo para as “elaborações estéticas do trauma” em diferentes mídias. O primeiro texto é de Jaume Peris Blanes, professor titular de Literatura e Cultura Latino-Americana na Universitat de València. Sua pesquisa atual se centra nas formas narrativas e estéticas de representação dos desaparecidos e “lançados” ao mar na ditadura chilena (1973-1989), e se utiliza especialmente do conceito de “desaparição forçada” (p. 135) para dar conta deste problema. Para tanto, ele trabalha com o Monumento Rieles de Bahía Quintero, em Villa Grimaldi, e com uma sequência fílmica da obra *El botón de nácar* (2015) de Patricio Guzmán. Com base nessas duas construções, levanta duas formas de representações distintas: a primeira como reconstrução analítica da perpetração, e outra na experiência de despossessão da vítima a partir daquilo que restou, elaborando uma experiência emocional. Blanes, assim, discute as possibilidades de imaginação e narrativa social da perpetração.

Por sua vez, Lior Zylberman, professor titular de Sociologia na Facultad de Arquitectura, Diseño y Urbanismo da Universidad de Buenos Aires, se detém na questão do trauma geracional e do cinema documental. A partir da análise de três filmes documentais, *New year baby* (Socheata Poeuv, 2006), *The flat* (Arnon Goldfinger, 2011), e *El color del camaleón* (Andrés Lubbert, 2017), que relatam “segredos” (p. 151) sociais e familiares do trauma, Zylberman vai analisar as estratégias do não dito e da construção de identidade. Diferentes entre si, as obras demonstram, no olhar do autor, distintas maneiras de pensar a representação da alteridade e, com ela, modos diferentes de ver um passado muitas vezes ocultado e que expressa experiências de vergonha familiar ante o abuso sofrido, na guerra ou na tortura.

A professora do Departamento de História da Unifesp, Mariana Villaça, trabalha com os documentários uruguaio *Decile a Mario que no vuelva* (Mario Handler, 2007) e *Siete instantes* (Diana Cardozo, 2007), como documentos históricos, para refletir sobre a figura do perpetrador e do seu lugar na memória coletiva. Busca-se o interesse pelo perpetrador, aqui entendido como tanto o mandante quanto o efetuator direto dos crimes. Em *Siete instantes*, esses crimes são apenas mencionados, ao evocar as memórias de mulheres ex-militantes tupamaras, que propiciam um balanço crítico entre essas vozes e os acertos e erros cometidos. Em *Decile a Mario que no vuelva*, os próprios perpetradores, presentes em diferentes níveis de participação, são as vozes ouvidas. Villaça aponta como “armadilhas” (p. 193) a valorização dos torturadores que se associa à tomada dos seus depoimentos nesse documentário.

O capítulo de Rafael Tassi Teixeira, professor da Unespar, vai analisar a animação *Josep* (Aurel, 2020). O autor sustenta que o caráter de fábula e alegórico da animação retrabalha a memória e a identificação empática, privilegiando o conteúdo de animações que sobretudo tratam do Holocausto ao



mesmo tempo distanciados e subjetivamente aproximados. Em particular, *Josep* representa a experiência em campos de concentração ao sul da França de Josep Bartoli I Guiu, um comunista republicano que lutou na Guerra Civil Espanhola. A partir dessa personagem, propõe rememorar a terrível experiência e situá-la no campo da memória e do trauma intergeracional. A animação e a narração funcionariam como um vetor estruturante de dramaticidade e exposição de um relato que sensivelmente engaja a memória e o espectador.

Encerrando a segunda parte do livro, Clóvis Gruner se detém na fonte das histórias em quadrinhos na obra *O ditador Frankenstein* (2019), de Julio Shimamoto, que se ocupa de seus próprios traumas a partir da experiência de prisão e isolamento na ditadura militar brasileira. Gruner inicia o texto com um panorama histórico das histórias em quadrinho no Brasil, para em seguida diferenciar “terror” e “horror” (p. 220), sendo o quadrinho integrante do primeiro gênero. A análise da obra compreende que ela realiza, a partir da fantasia de terror, uma alegoria da barbárie da ditadura, utilizando monstruosidades como figuras que atestam o estado das coisas e a repulsa e ojeriza do quadrinista por esse período e suas figuras macabras.

Na terceira parte da obra, intitulada “Imagens da violência e do trauma nas disputas da memória”, o primeiro capítulo foi escrito em conjunto por Lilia Moritz Schwarcz, Carlos Lima Jr. e Lúcia K. Stumpf. Os autores trabalham com as representações da Independência do Brasil e sua relação com o branqueamento populacional. O silenciamento sobre o trauma da escravidão figura em primeira ordem nesse processo de apagamento das contradições de formação do Estado Nacional brasileiro. Por sua vez, o “indigenismo romântico” (p. 247) figurava um Brasil idílico, com origens livres de contradição. É então, sobretudo a partir do famoso quadro de Pedro Américo e de tantas outras pinturas históricas, que é analisado o desaparecimento da população negra nas representações da formação brasileira.

O capítulo de Fernando Seliprandy, professor de História da UFPR, enfoca as imagens e o conceito de História no sesquicentenário (150 anos) da independência do Brasil. Seliprandy trabalha essas questões nas comemorações cívicas de 1972, atento ao contexto da ditadura Médici e dos já quatro anos de promulgação do AI-5 (1968). O autor analisa litografia de 1826 que é exposta; discute Lygia Cunha e a Seção de Iconografia da Biblioteca Nacional, as repercussões da exposição organizada pela Biblioteca Nacional e os diferentes conceitos de História em disputa entre a exposição e a historiografia da época. Na busca dessas imagens fundacionais e da formulação “história pátria” (p. 287), fornece um importante retrato do período e das formas pelas quais a ditadura tentou criar a imagem de um Brasil grande.

O texto de Rosane Kaminski reflete panoramicamente sobre a relação entre cinema e violência no Brasil, entre 1950 e 1990. Kaminski compreende essa violência como expressão de um trauma histórico de múltiplas facetas e argumenta que ela pode ser banalizada, melodramatizada ou denunciada através das imagens e do audiovisual. A partir dessas perspectivas, analisa como o cinema dos anos 1950, no Brasil, adotou muito do neorrealismo italiano e funcionou como uma espécie de desnaturalizador das violências através da produção de uma narrativa crítica. Nos anos 1960, obras como a do Cinema Novo e de Glauber Rocha questionaram a “situação colonial” (p. 337) e a violência praticada. Nos anos 1970 e 1980, vozes subalternas, negros mulheres e

indígenas se apropriaram da forma cinematográfica para fazerem valer sua própria posição e crítica. Finalmente, uma “nova sensibilidade” (p. 356) da violência teria aparecido nos anos 1990.

Everton de Oliveira Moraes, professor da Ufes, analisa colagens do artista curitibano Mário de Alencar, feitas aproximadamente entre 1999 e 2000, que realizam construções imagéticas sobre o “trauma estrutural” nas sociedades contemporâneas. O autor aproxima o artista, próximo do movimento *punk*, da crítica à sociedade do espetáculo, de Guy Debord, e afirma que as imagens evocam “ruínas literais” da sociedade, se apropriando da sua “efemeridade e fragmentariedade” (p. 366). Convivem na obra de Alencar diferentes críticas à sociedade moderna, sobretudo ao consumismo desenfreado, e distintos modos de temporalidade, que muitas vezes se chocam e produzem novos sentidos.

O último capítulo da obra é um texto de Hector Guerra Hernandez, professor de História na UFPR, que trabalha com os significados de Maputo, em Moçambique, e as relações sociais e raciais presentes nessa cidade ocupada e “libertada” (p. 382) pela Frelimo em 1974. O autor tem uma postura de estranhamento quanto à configuração atual de Maputo diante das promessas contidas no discurso histórico da organização “revolucionária”. Os campos de reeducação e a lógica de perseguição, disciplinarização e punitivismo do novo Estado moçambicano, que foi direcionada a “bandidos” e “improdutivos” (p. 411), são veículos centrais da reflexão de Hernandez, que destrincha os mecanismos de poder estabelecidos. Ele afirma que muito se utilizou do repertório ocidental de compreensão das questões de dominação moderna, que necessita ser descolonizada.

As três seções do livro entrelaçam-se em um todo coeso que expõe, de diferentes maneiras, imagens construídas que trabalham diretamente ou indiretamente com o trauma ou apontam silenciamentos existentes. Esse esforço importante traz à luz questões muitas vezes não debatidas socialmente, até porque sabemos que uma das possíveis características do trauma é ser ele, muitas vezes, indizível, irrepresentável. Geralmente, por questões éticas, outras tantas por envolver processos ainda não elaborados, tanto individualmente quanto coletivamente.

Duas dimensões que me tocam poderiam ser também exploradas. A primeira é a explicitação das diversas formas de “comodificação” do passado e do trauma, isto é, como se tornou rentável para a indústria cultural a exploração de eventos bárbaros com a finalidade última de rentabilidade e premiação. Destaca-se, por exemplo, o livro e o filme *O menino do pijama listrado*, em que seguimos o ponto de vista de uma criança alemã que tragicamente é levada a vivenciar o horror de Auschwitz. O drama nos coloca sobretudo na posição de empatizar com alguém que “não deveria estar ali”, de certa forma naturalizando o Holocausto dos judeus como uma força da natureza que arrebatou até mesmo os inocentes. Destacam-se também as histórias de *true crime* que se tornaram um marco cultural muito popular em que assassinatos, chacinas e crimes hediondos são vendidos pela espetacularização, fetichismo e fascínio da violência.

Outra questão a ser explorada são os videogames como fontes visuais. Eis um objeto de estudo que cada vez mais contemporaneamente tem tido importância e que tem levantado também representações de traumas, seja de

forma problematizadora, seja de forma exploratória e commodificada. No campo do sensível, por exemplo, *This war of mine* (2014) foi inspirado pelo cerco de Sarajevo, nos anos 1990, dentre outros conflitos, e se coloca como um jogo cujo objetivo é sobreviver às agruras da guerra: fome, doenças, conflitos diversos. Há outros jogos que tematizam traumas: *1979 – black friday* (2016) e *Attentat 1942* (2017). Já no campo da experiência commodificada, os exemplos são muitos, tornando o genocídio indígena ou o conflito com os nazistas jogos que enaltecem a ação armada e a solução pelo assassinato. Não obstante, por outro lado, muitos jogos, apesar de se pretenderem historicamente precisos, ignoram grandes eventos como o Holocausto e a escravidão transatlântica, sendo esse um sintoma em si do trauma coletivo.

*Resenha recebida em 30 de setembro de 2024. Aprovada em 29 de novembro de 2024.*